

# O IMPACTO DA CENSURA POLÍTICA NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

The impact of political censorship in the Central Library of the University of Brasilia: an exploratory study

Victória Wiedenhofer Victorino Bibliotecária da Fundação Salvador Arena  
[vvictorino@cefsa.edu.br](mailto:vvictorino@cefsa.edu.br)

Maria Rosa Crespo Doutoranda em Comunicação Audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi. Docente na Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (FESPSP). [rosa.crespo@fespsp.org.br](mailto:rosa.crespo@fespsp.org.br)

## RESUMO

Bibliotecas Universitárias são parte do organismo vivo de uma universidade, e nelas a comunidade acadêmica anseia por recuperar toda e qualquer informação que julgue importante para a construção do conhecimento. Em nosso percurso investigativo sobre censura em acervos universitários, percebemos que obras de natureza política ou filosófica, assim como literárias, foram censuradas pelo regime militar que governou o Brasil por 25 anos. No entanto, a falta de critério para as ações censórias resultou na exposição de fragilidades e incapacidades do poder militar em levar adiante essa intervenção. Visto que o golpe de 1964 foi consentido como uma ‘revolução’ pelos militares e parte da sociedade civil, procuramos conhecer o impacto dessa falsidade nas bibliotecas universitárias brasileiras e a atuação dos órgãos políticos durante o período. Ainda nesse contexto, conhecer os reflexos do regime na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, o seu processo de redemocratização, com a nomeação de Cristovam Buarque para reitoria em 1984, e, ao final da ditadura militar em 1985, a volta das obras consideradas subversivas ao acervo da Biblioteca Central da Universidade.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Universitárias. Ditadura Militar. Histórico UnB. Biblioteca Central UnB. Censura política.

## ABSTRACT

University Libraries are part of the living organism of a university, and in them the academic community is eager to recover any all information it deems important for the construction of knowledge. In our investigative journey on censorship in university collections, we realized that works of a political or philosophical nature, as well as literary, were censored by the military regime that ruled Brazil for 25 years. However, the lack of criteria for censorship actions resulted in the exposure of weaknesses and inabilities of the military people to carry out this intervention. Since the 1964 coup d'état was consented as a ‘revolution’ by the military organism and part of civil society, we sought to know the impact of that lie on Brazilian university libraries and the performance of political bodies during the period. Still in this context, we aim to know the reflexes of the regime in the Central Library of the University of Brasilia, its process of re democratization, with the appointment of Cristovam Buarque to the rectory in 1984, and, at the end of the military dictatorship in 1985, the return of works considered subversive the College Central Library collection.

**Keywords:** University libraries. Military Dictatorship. Biblioteca Central UnB. UnB.

UnB Censorship.

## 1 INTRODUÇÃO

Instituições públicas de ensino superior são organismos de Estado, não de Governo, e não deveria acontecer que sua gestão e funcionamento ficassem subordinados a instâncias políticas inclinadas de acordo com a vontade dos dirigentes do momento. Em passado recente, o Brasil foi governado por militares que se sucederam por 20 anos, deixando uma marca arqueológica no curso da História e das Instituições do país, que não pode ser esquecida, ou apagada. Acreditando que devemos conhecer a nossa história para fazer frente a eventuais fragilizações democráticas e estabelecimento de governos autoritários no futuro, desenvolvemos este artigo com base em pesquisa documental e de campo, para compreender as formas como a Ditadura Militar, deflagrada em março de 1964, atingiu as bibliotecas universitárias brasileiras. Para tanto, é necessário compreender o que se passava na década de 1960.

Em 1961, Henrique Teixeira Lott<sup>1</sup> juntamente com João Goulart<sup>2</sup> formaram uma chapa para concorrer à presidência da República contra Jânio Quadros<sup>3</sup> e Milton Campos. Nesse período, o formato eleitoral previa que candidatos a vice recebessem votações separadas. Jânio venceu Lott e João Goulart recebeu trezentos mil votos a mais do que Milton Campos. Quando Jânio Quadros renuncia em 21 de agosto de 1961, João Goulart toma posse. Ao se tornar presidente “três ministros militares lançaram um manifesto denunciando Jango [João Goulart] como subversivo e prometendo impedir sua sucessão à presidência” (SKIDMORE, 1998, p. 210), pois, para os militares, assim como para a União Democrática Nacional (**UDN**), Jango era um populista perigoso que ajudaria os comunistas a assumir o poder. Além de uma ‘guerra política’ envolvendo o parlamento, Jango não conseguia superar a crise econômica.

Por outro lado, o governo norte americano já havia construído a imagem de Jango como irresponsável e revolucionário, mantendo sua assistência à oposição. No início de 1964, a economia do país estava fragilizada e se ouviam rumores sobre um golpe militar; com a economia fora de controle a inflação anual chegou a ultrapassar os 100%. João Goulart passou a se dirigir diretamente à população e em comício de 13 de março, no Rio de Janeiro, anuncia a desapropriação de terras e nacionalização de todas as refinarias de petróleo privadas, entre outras ações voltadas para a alteração do ‘status quo’. Nesse contexto se daria, em 31 de março de 1964 a deposição de um presidente eleito democraticamente, a indicação de um militar para ocupar a presidência, a invasão de prédios governamentais em Brasília, políticos e líderes sindicais rapidamente presos e funcionários públicos expurgados, dando início ao período dos ‘anos de chumbo’.

Na mesma época, fundada em 21 de abril de 1962, a Universidade de Brasília (**UnB**) surgiu de um projeto idealizado por Darcy Ribeiro<sup>4</sup> e Anísio Teixeira<sup>5</sup>, com o intuito de modernizar a educação superior no Brasil, integrar as áreas dos saberes e formar

---

<sup>1</sup> Para conhecer, acesse [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/henrique\\_teixeira\\_lott](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/henrique_teixeira_lott)

<sup>2</sup> Para conhecer, acesse [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao\\_goulart](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/joao_goulart)

<sup>3</sup> Para conhecer, acesse [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio\\_quadros](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio_quadros)

<sup>4</sup> Para conhecer, acesse <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/darcy-ribeiro>

<sup>5</sup> Para conhecer, acesse <https://www.unb.br/estrutura-administrativa/reitoria>

profissionais para transformar o país. “Os inventores desejavam criar uma experiência educadora que unisse o que havia de mais moderno em pesquisas tecnológicas, com uma produção acadêmica capaz de melhorar a realidade brasileira.” (UNB, 2016, n.p.).

As bases da instituição foram definidas por Darcy Ribeiro, a reformulação da educação superior ficou a cargo de Anísio Teixeira, e Oscar Niemeyer transformou as ideias em prédios. A implantação do projeto sofreu muitas críticas devido à oposição de algumas autoridades, pois não queriam que estudantes se envolvessem na vida política, mas, apesar disso, em 15 de dezembro de 1961, João Goulart sancionou a Lei 3.998<sup>6</sup>, autorizando a construção da Universidade. Durante o regime militar, diversas instituições sofreram com invasões e repressão, entretanto a UnB foi um dos maiores alvos, por estar localizada em Brasília. No ano de 1964, acontece a primeira invasão quando o reitor Anísio Teixeira, juntamente com seu vice Almir de Castro

[...] foram surpreendidos por tropas do exército e por policiais de Minas Gerais. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparadas para possíveis confrontos. No campus, invadiam salas de aula, revistavam estudantes, procuravam armas e material de propaganda subversiva. Buscavam também 12 professores que deveriam ser presos e interrogados. (UNB, 2016, sem página)

Escritórios e a biblioteca ficaram fechados por duas semanas, o reitor e seu vice foram demitidos, e para o cargo foi nomeado o professor e médico Zeferino Vaz<sup>7</sup>. Em 1965, ocorre segunda invasão, por conta de uma greve de professores e alunos, entendida como ato subversivo, e tropas militares invadem o *campus*. “Alunos e professores eram impedidos de entrar. Os soldados ficavam na entrada dos edifícios, proibiam qualquer agrupamento de pessoas e não permitiam nem a entrada nos laboratórios para que animais envolvidos em pesquisas fossem alimentados.” (UNB, 2016, n.p.)

Entretanto, a invasão de 1968 foi a mais violenta, pois os alunos estavam protestando contra a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto e “[...]cerca de 3 mil alunos reuniram-se na praça localizada entre a Faculdade de Educação e a quadra de basquete. Esse foi o estopim para o decreto da prisão de sete universitários, entre eles, Honestino Guimarães” (UNB, 2016, n.p.), posteriormente torturado e morto pelo regime militar. Como resultado, a polícia militar juntamente com a civil invadiram a universidade, detiveram 500 pessoas na quadra de basquete, 60 foram presas e o estudante Waldemar Alves foi baleado na cabeça.

Apesar da comissão criada no Senado para intervir nos conflitos, em 1977, os militares voltaram a invadir a universidade e só cessaram em 1979 com o início da abertura política. Anos mais tarde, a UnB recuperou sua democracia com a nomeação de Cristovam Buarque<sup>8</sup> para o cargo de reitor, em 1984.

## 2 CENSURA POLÍTICA E LEGISLAÇÃO

---

<sup>6</sup> Para conhecer, acesse: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L3998.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3998.htm)

<sup>7</sup> Para conhecer, acesse: <https://www.unb.br/estrutura-administrativa/reitoria/2-publicacoes/632-ex-reitores>

<sup>8</sup> Para conhecer, acesse <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32216>

O termo censura provem do latim *censere* cujo significado é: ter acesso. Na Roma antiga, os magistrados eram os responsáveis por estipularem os direitos e os deveres das classes sociais e da vida pública e familiar, desempenhando um papel de ‘censor’ perante a sociedade. O termo é aplicado também ao contexto político, quando se torna “um esforço por parte do governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo, ou prejudicial à moralidade pública” (VERGUEIRO, 1987, p.22). Sendo assim, interessa explorar como a legislação e a atuação dos órgãos repressores contribuíram para que a censura política fosse implantada dentro das universidades.

Durante o período de 1964 a 1969, foram editados 17 Atos Institucionais (AI) pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, ou pelo Presidente em exercício. O Ato Institucional 1 (AI-1) foi instaurado em 9 de abril de 1964, que teve como foco a mudança da Constituição Brasileira de 1946, ou seja, modificou a constituição “quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos” (PORTAL DA LEGISLAÇÃO, n.d, n.p.), além disso, o AI-1 exaltou o golpe como um ato revolucionário:

[...] em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. (BRASIL, 1964, sem página)

O ato culminou em cassação de políticos, juízes, funcionários públicos e expurgo de professores. Em 1966, foram dados os primeiros passos para a reforma universitária através do “[...]Decreto-Lei n.53 (18 de novembro de 1966) e sua complementação, o Decreto-Lei n.252 (28 de fevereiro de 1967)” (MOTTA, 2014, p.53). Os decretos mencionados estabeleceram como objetivo a união entre ensino e pesquisa, e a superação das divergências entre os dois campos, criando um ponto em que se estabelecesse melhor articulação das duas atividades; entretanto, o ponto mais crítico foi a reforma sugerida para as “[...] antigas Faculdades de filosofia e ciências sociais com a criação de novas unidades, de preferência institutos, destinados às ciências naturais (física, biologia, química etc.), até então abrigadas na filosofia” (MOTTA, 2014, p.53).

Foi dado às universidades um prazo de 180 dias para a reestruturação, forçando a adequação por meio de dotação orçamentária, que seria distribuída para aquelas que mais se alinhavam ao modelo proposto, uma vez que a implementação da reforma implicava revisão de salários e carreira de docentes e funcionários. Anteriormente aos decretos, a reforma já era discutida devido ao impacto da fundação da UnB, que nasceu com um conceito completamente diferente do modelo universitário que havia na época, pois em seu projeto já eram previstos “[...] institutos integrando pesquisa e ensino” (MOTTA, 2014,

p.54). Apesar da inspiração que a UnB transmitia às outras universidades, os reformistas ligados ao regime militar, tinham como ponto principal afastar qualquer elemento que fosse ligado ao ideário político de esquerda.

Durante os anos de 1966 e 1967, diversas universidades estavam envolvidas no planejamento para a implantação da reforma, entretanto, o valor necessário às mudanças, enfrentou resistência dos argumentadores liberais, que eram contra o aumento de verba para o ensino superior. Apesar da resistência contra o gasto para a modernização do ensino e pesquisa, alguns resultados positivos surgiram, devido ao investimento na expansão para bolsas de pesquisas.

No período de 1967-1968 surgiu uma nova demanda de investimento para que a reforma universitária fosse implementada e com a nomeação do professor Delfim Netto para o Ministério da Fazenda, foi possível articular um crescimento através dos reajustes das contas públicas, que resultou em uma nova situação para o país, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) em 1967 que, segundo (MOTTA, 2014, p.56):

[...] apontava mudanças de prioridade em relação às políticas do governo Castello Branco. A estabilização da economia perdeu o lugar de meta central, substituída pela retomada do crescimento, objetivo máximo do PED. [...] De acordo com o PED, a educação superior e a pesquisa científica teriam papel estratégico no desenvolvimento, por isso receberiam recursos públicos e privados. O PED, porém, apontava as precariedades do sistema universitário em vigor, incapaz de atender às demandas de desenvolvimento. Entendia-se que as universidades eram antiquadas e obsoletas, sem condições de formar a mão de obra necessária e de atender à procura dos jovens por vagas. [...] portanto, promover uma reforma universitária que, entre outras coisas, melhorasse as condições de trabalho de professores e pesquisadores, e aumentasse a oferta de cursos de pós-graduação. No texto do PED, ficava subentendido que a reforma universitária e os investimentos em ciência e tecnologia eram condições para reverter a evasão de “cérebros”, ou seja, a emigração de professores pesquisadores. [...] Os formuladores apenas se esqueceram de mencionar que parte do impulso de evasão tinha natureza política, para fugir às perseguições e pressões pelas forças de repressão.

De modo geral, a edição do PED trazia pela primeira vez, desde o golpe, uma política científica com o intuito em atender antigas demandas de cientistas, entretanto, as evasões docentes foram tantas, que líderes acadêmicos juntamente com o chefe do governo Costa e Silva precisaram elaborar uma manobra para trazer de volta professores do exterior, denominada como operação retorno. A condição para a volta dos docentes era que o governo arquivasse os processos relacionados à perseguição política, e, de forma a facilitar tal operação, durante os primeiros meses de seu mandato, Costa e Silva prometeu dialogar e exercer maior tolerância, entretanto, toda a promessa, era apenas parte de uma estratégia política e publicitária para fortalecer a ‘revolução’. Apesar disso, professores e pesquisadores acabaram regressando ao país, na esperança de que com o novo governo, possíveis melhorias poderiam ocorrer ao longo do tempo.

Os acordos que vinham ocorrendo entre Brasil e Estados Unidos desde a década de 1950, fortalecidos durante o regime militar, direcionados ao sistema de ensino superior causaram grande comoção dentro das organizações estudantis. O primeiro acordo

firmado, ocorreu em 23 de junho de 1965, foi recebido de forma negativa e cheia de objeções, e, em 1967, um novo acordo foi assinado, tendo como objetivo auxiliar o trabalho executado pela diretoria do ensino superior, no entanto, “os críticos do acordo atacavam a cópia dos modelos norte-americanos, antevendo a privatização do ensino superior, a subordinação do ensino aos interesses imediatos da produção, a ênfase na técnica em detrimento das humanidades e a eliminação da gratuidade nas universidades oficiais” (CUNHA, n.d, n.p). Devido à pressão das organizações estudantis e acadêmicas, os acordos foram encerrados em 30 de julho do mesmo ano, no entanto, os efeitos dos acordos culminaram para a concretização da reforma universitária de 1968, que visava uma nova estrutura para o ensino superior.

A Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. (MARTINS, 2009, p.16).

Entretanto, a abertura que a reforma proporcionou para o ensino privado, deu a entender que deixava-se de priorizar a autonomia acadêmica no compromisso com o público, transformando o futuro estudante universitário em um consumidor educacional, visto que, o objetivo era atender, de maneira rápida, os interesses do ‘mercado da educação superior’.

No dia 13 de dezembro de 1968, foi instituído o ato mais repressivo dos governos militares, o AI-5, que tinha como objetivo principal consolidar o golpe de 1964 por meio de repressão, ou qualquer ato necessário, para combater aqueles considerados antirrevolucionários.

[...] a Revolução Brasileira (sic) de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo[...] atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la; [...] assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária; [...] todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se

responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição. (BRASIL, 1968)

A perseguição se tornou mais assídua, e a violência contra professores, funcionários e organizações estudantis, teve um aumento significativo, visto que, suas posições políticas se opunham ao golpe. No entanto, o AI-5 não foi o suficiente para reprimir de maneira efetiva os protestos mobilizados pelas organizações, e logo, o governo entenderia que era necessária a criação de medidas repressivas específicas para tal. Em 26 fevereiro de 1969, foi instaurado o Decreto de Lei 477, que tinha como objetivo infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público, ou particulares que

- I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle (sic);
- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle (sic) participe;
- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V – Seqüestre (sic) ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (BRASIL, 1969, sem página)

Com o intuito de garantir a aplicação eficaz do AI-5, o governo militar implantou dentro de 70 universidades as Assessorias de Segurança e Informação (**ASI**), embora esse sistema de vigilância já viesse acontecendo desde o Decreto de Lei nº 4341 instituído em 13 de junho de 1964, que garantiu a fundação do Serviço Nacional de Informações (**SNI**). O funcionamento desse órgão dentro das universidades tinha como objetivo reportar à Divisão de Segurança e Informação (**DSI**) toda e qualquer informação considerada subversiva dentro do ambiente acadêmico. As DSI foram criadas em 4 de julho de 1967 a partir do Decreto Nº 60.940 para substituir as Seções de Segurança Nacional (**SSN**), criadas anteriormente, no entanto, eram órgãos ligados diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, que mantinha subordinação direta ao Ministro de Estado da Educação.

Logo, sua atuação consistia na investigação de funcionários, entidades e quaisquer pessoas que mantivessem relações profissionais com órgãos públicos, ou seja, a partir das informações reportadas pelas ASIs o principal objetivo foi eliminar simpatizantes com qualquer pensamento progressista da vida pública fazendo com que professores, funcionários e alunos fossem expurgados do meio acadêmico, desde aposentadorias forçadas, até o exílio.

O governo militar entendeu que as atuações repressivas eram necessárias devido às manifestações estudantis que ocorreram em 1968, além dos citados, existiram outros órgãos que operavam atos repressivos como “[...] a Polícia Federal, e no âmbito estadual, as Delegacias de Ordem Política e Social (**DOPS**)” (CARDIA, 2017, n.p). Apesar da Operação Bandeirantes (**OBAN**) ter surgido em meados de 1969 para concentrar as ações repressivas

no comando do Exército, em 1970, a operação foi suspensa dando lugar ao Centro de Operações de Defesa Interna (**CODI**) e ao Destacamento de Operações de Informações (**DOI**), que foram instalados nas principais capitais do país, e por atuarem juntos, ficaram conhecidos como DOI-CODI. Esses órgãos, além de terem sido responsáveis por muitos encarceramentos, foi o local onde se deram cenas de tortura, execuções e desaparecimentos forçados. Prova disso, são os fatos ocorridos envolvendo o professor Vladimir Herzog, docente de telejornalismo na Fundação Armando Álvares Penteado (**FAAP**) e na Escola de Comunicações e Artes da USP; e o líder estudantil da UnB Honestino Monteiro Guimarães, ambos torturados e executados pelo regime militar.

No entanto, é possível perceber que apesar da violência dos sistemas de repressão, os movimentos estudantis começaram a se organizar para lutar pelos seus direitos, como o ensino superior público e gratuito e a garantia de mais recursos para as universidades. Somente em 1979, com a reconstrução da União Nacional dos Estudantes (**UNE**), o movimento afinal pode fazer parte da nascente redemocratização, em caráter institucional.

### **3 A CENSURA NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

De forma objetiva, a reforma universitária visava a aproximação da educação Brasileira à de países desenvolvidos, por meio da modernização de processos administrativos e atualização tecnológica, porém, tal modernização se constituiu em uma ação autoritária e conservadora. No período em que se estendeu a ditadura militar, as bibliotecas universitárias também sofreram com intervenções, interdições a acervos e alterações compulsórias às políticas de indexação e catalogação.

Para os opositores do regime, a maneira encontrada para escapar de prisões e torturas consistia em dar fim a livros e documentos, por meio de queima ou disposição de seus acervos particulares. Tais ações são justificadas devido à constante busca policial por obras consideradas subversivas em bibliotecas particulares. Porém “os expurgos de livros não se limitavam às residências particulares, atingiam também bibliotecas de instituições públicas” (MOTTA, 2014, p. 27), prova disso, são as invasões ocorridas nas bibliotecas universitárias de São Paulo e Brasília.

A professora e coordenadora Janice Theodoro da Silva, em seu relato publicado no jornal da USP, explica o que se passou no campus durante o período militar e a gestão de Miguel Reale (1969 – 1976): decidiu-se criar a Assessoria Especial de Segurança e Informação (**AESI**), que tinha como objetivo vigiar docentes, alunos e funcionários, e “[...] possuía ligações com o SNI e com o Deops, que recebiam diariamente relatórios com informações da comunidade uspiana” (USP, 2018, n.p.). Essa situação impactou diretamente o funcionamento das bibliotecas da USP, pois, através das informações fornecidas pelos relatórios era possível mapear os títulos doados à biblioteca, restringindo informação e censurando a disponibilização de livros, que, se classificados como subversivos, seriam apreendidos.

Na UnB, no mesmo dia da batida policial ordenada pelo chefe de polícia Coronel Antônio Barbosa Serra, a tropa do exército apreendeu diversos materiais e, segundo Motta (2014, p.32), “[...] interditaram a biblioteca à procura de textos subversivos. Entre os livros



retidos constavam O vermelho e o negro, de Stendhal, e O círculo vermelho, de Arthur Conan Doyle”, o que muito esclarece sobre que tipo de pessoa fazia o papel de interventor e censor. Outras invasões ocorreram durante o regime militar, porém a invasão de abril de 1964 foi a que mais afetou a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE).

Em 1965, foi estabelecido um acordo entre o MEC, na época representado pelo ministro Flavio Suplicy Lacerda e o órgão americano *United States Agency for International Development* (USAID) representado por Stuart Van Dyke, que só foi revelado em novembro de 1966 e gerou grandes objeções no meio universitário. O acordo foi estabelecido através da Diretoria do Ensino Superior do MEC, e a equipe foi composta por 5 membros de cada país, formando assim a Equipe de Planejamento de Ensino Superior (EPES), que mais tarde passaria a ser chamado Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES), cuja atuação consistia em:

- a) fazer uma análise em profundidade da situação desse nível de ensino no país e determinar o que constituiria um sistema de ensino superior ideal para o Brasil; b) estabelecer confrontos entre as características ideais e as necessidades constatadas; c) apresentar, de modo a chegar a um plano de longo alcance para o desenvolvimento, medidas necessárias à execução do plano, mediante reformas consideradas necessárias ao sistema; e d) finalmente, desenvolver todo um esforço de planejamento, a fim de garantir um equilíbrio essencial entre análise e ação (CUNHA, n.d, n.p)

O acordo também estabeleceu diretrizes para atuação das bibliotecas universitárias, e de acordo com Alves (1968, p.40) o “projeto de treinamento para preparação simultânea de grupos de dirigentes de bibliotecas centrais para todas as universidades” teve como objetivo orientar os bibliotecários sobre como gerenciar as bibliotecas, de acordo com as ideias impostas pelo regime autoritário. Na visão de Chaffe (2009, p. 28):

As bibliotecas acabaram por se tornar reprodutoras das ideias e premissas veiculadas pela ditadura. Foram poucas as que, de fato, foram local de mudança, transformação para os indivíduos, e o bibliotecário, que sempre teve um papel decisivo na democratização da informação, viu-se reduzido a mero porta-voz das ideias, projetos e realizações governamentais.

Bibliotecários não tinham a liberdade para desenvolver coleções e nem poder para disseminar toda informação em seu acervo, e isso fica claro em relato apresentado por Chaffe (2009, p.38) apontando “alguns livros encadernados em vermelho da Faculdade de Arquitetura [da Universidade Federal do Rio Grande do Sul], que foram, por ordem da direção, recolhidos do acervo, pois tinha-se receio de que relacionassem essas obras ao comunismo”.

De toda forma, as invasões que ocorreram nas universidades e a censura imposta às bibliotecas custaram caro aos profissionais bibliotecários no desempenho da função de disseminador informação, e o medo da repressão fez com que as instituições praticassem a autocensura e deixassem de se pronunciar contra as ideias do governo militar. Porém, de acordo Rodrigues (2016, p.43), a ideia de guardião de livros se manteve intacta, pois “se

por um lado retiravam as obras de circulação dificultando o acesso, ao guardá-las preservaram suas coleções e garantiriam para a posterioridade essas fontes de informação”.

#### 4 LIVROS: UMA ARMA SUBVERSIVA

Desde sua invenção, os livros sempre estiveram presentes na formação do ser social. Durante a Idade Média, o fervor religioso fez com que os livros fossem considerados um objeto de salvação e durante muito tempo, ficaram restritos aos nobres e aos monges. Com o advento da imprensa, os livros deixaram de ser tão elitizados e passaram a fazer parte da vida da maioria das pessoas. Porém, ao longo da história, regimes ditatoriais, independentemente de sua ideologia, sempre perseguiram os livros.

Assim, o indicado Ministro da Educação e Cultura, Sr. Flávio Suplicy Lacerda já trazia consigo um histórico censório. Prova disso foi o episódio ocorrido na Universidade do Paraná na década de 1950, onde ele, como reitor da Universidade “[...] havia mandando arrancar várias páginas de obras de Zola, Pérez Galdós e Eça de Queirós na biblioteca da universidade, de onde baniu também obras de Sartre, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Guerra Junqueira” (QUINTINO, 2016, p.27). Quando assumiu o cargo de Ministro, determinou a apreensão de diversos livros, que segundo Reimão (2016) abordavam o comunismo, ou eram traduzidas do russo, ou simplesmente porque a capa era vermelha. Hallewell (2005) completa ainda que as ordens para a censura dessas obras ocorreram, pois, o Ministro se preocupava com a leitura e a influência desse tipo de obra sobre a população.

Dessa forma, podemos perceber a falta de critério utilizado para a análise das obras consideradas subversivas, e que a gestão do Ministro, de acordo com (REIMÃO, 2011, p.10) “[...] foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, e pela ausência de critérios”. Ainda assim, as ações por parte dos censores “[...] legitimavam o poder e a autoridade absoluta do Estado” (LEITÃO, 2010, p.117).

O SNI, atuante como órgão vigilante dos cidadãos, que tinha como objetivo identificar pessoas potencialmente subversivas, acabou mirando em um grupo de jornalistas, dentre eles Zuenir Ventura, Jânio de Freitas, Octávio Malta e outros, e no ano seguinte, em 1965, o Departamento Federal de Segurança juntamente com o DOPS, elaboraram a primeira lista de livros considerados subversivos, composta por trinta e três obras, sendo “a maioria com orientação de esquerda, de filosofia marxista, sobre história ou política” (REIMÃO, 2016, p.75). Em 1968 o arquiteto Marcos Flaksman, amigo de Zuenir Ventura, ao chegar de Paris e desembarcar na cidade do Rio de Janeiro, teve sua bagagem verificada por um delegado do Dops na alfândega, amparado por um auto de apreensão. Os livros apreendidos foram:

Révolution dans lá révolution de Régis Debray, Le socialisme & l’homme, de Ernesto Che Guevara, La construction du socialisme en Chine, de C. Bettelheim, J. Charrière e H. Marchisio, Citations du président Mao Tsé-Tsung da “éditions du Seuil”, Soviet Marxism, de Hebert Marcus, Souvenirs de la guerre révolutionnaire, de Ernesto Che Guevara, L’homme unidimensionnel,

de Hebert Marcuse, Pour Marx, de Louis Althusser, e Marx 1968. (QUINTINO, 2016, p.20)

Incrivelmente, as obras foram liberadas, em uma ocorrência tão insólita quanto duvidosa, pois para os agentes, de acordo com Reimão (2016), os livros não afetavam a Lei de Segurança Nacional.

Nesse cenário de inconsistência e falta de parâmetros, a perseguição aos livros ocorreu de forma latente e cada vez mais rígida e as batidas policiais para apreensão de livros eram justificadas pela ideia de manter a ordem e o bem-estar social.

Promulgado em 1970, o Decreto de Lei 1.077 explicita o ato censório e justifica sua necessidade:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º dêste (sic) Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam (sic) sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal. (BRASIL, 1970)

Com o decreto de lei instituído, obras de cunho político, erótico, ou marxista eram os mais visados, mas a quantidade de censores era muito pequena para fazer o controle desse material. Em 1974, apesar de ter sido realizado concurso público para Técnico de Censura, que teve como objetivo aumentar a quantidade de censores e executar maior controle para apreensão de obras, o método utilizado continuava precário devido à falta de um manual de orientação ao agente, o que levava o censor a utilizar critérios pessoais para exercer a atividade. Levando em conta que a falta de conhecimento e formação intelectual por parte dos censores, para proceder a uma análise adequada das obras, deu margem a ações autoritárias e sem propósito. A escritora Cassandra Rios, por exemplo, que escrevia obras com conteúdo erótico e homossexual, na visão dos militares era uma combinação perigosa e tornou-se alvo de censura, pois o erótico ia contra a moral e os bons costumes da sociedade.

## 6 DESDOBRAMENTOS PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA DA UNB

As invasões durante a década de 1960, resultaram em diversas crises e traumas para a UnB. Com o intuito de apaziguar a situação na Instituição, o governo nomeou para a reitoria o professor Caio Benjamin Dias para remodelar a universidade, pois, apesar da UnB ser considerada como subversiva (SEVERINO, 2014, n.p) “[...] o próprio governo tinha interesse em manter um padrão mínimo de qualidade e de credibilidade”. Durante a sua gestão, o reitor se manteve fiel aos princípios do projeto de Darcy Ribeiro, entretanto, a tarefa mais difícil que lhe foi apresentada, foi descobrir como trazer para a UnB profissionais competentes para lecionar em um período tão sombrio. Caio Benjamin conseguiu articular e trazer professores de Minas Gerais, onde tinha sido catedrático na UFMG, e o resultado dessa articulação (SEVERINO, 2014), fez com que o governo investisse financeiramente nas contratações, tornando a vinda para Brasília uma oportunidade atrativa. Diante disso, o reitor estabeleceu um acordo tácito, ou seja, professores escolhidos para lecionar na instituição tinham que ter currículo condizente e qualidade de ensino, e não deveriam ultrapassar os limites permitidos pela censura para pesquisas e opiniões, do contrário a demissão era certa. Entretanto, em alguns casos, o SNI poderia mesmo vetar a contratação.

Apesar do cenário parecer positivo para a instituição, o clima político se tornou cada vez mais intenso e conforme Severino (2014, n.p.) “as posições se radicalizaram de um lado e de outro. A repressão se tornou cada vez mais violenta”. Caio Benjamin foi acusado de ser responsável pela invasão da instituição em 19 de agosto de 1968 e por conta disso, entregou sua carta de demissão ao presidente Costa e Silva, e após um mês, o físico e capitão de mar e guerra José Carlos Azevedo foi nomeado vice-reitor.

Durante sua gestão como vice-reitor na década de 1970, a comunidade UnB constatou um fenômeno interessante e em uma perspectiva positiva, pois:

O curso de economia tinha no quadro de professores Edmar Bacha, Lauro Campos, Flavio Versiani, Teresa Ribeiro, Cristovam Buarque e Luis Paulo Rosenberg, todos de nível muito alto. Ocorreram projetos importantes na economia, na medicina, na antropologia e na comunicação. (SEVERINO, 2014, n.p)

É possível perceber que apesar do período sombrio que assolou a instituição durante o regime, a UnB obteve resultados relativamente positivos. A BCE sofreu juntamente com a instituição, porém, o período que mais a afetou foi a invasão de 1964, quando permaneceu fechada durante duas semanas e teve algumas obras censuradas. Em contato estabelecido para realização deste artigo, o bibliotecário Rafael Greenhalgh, do setor de obras raras da BCE, relatou às autoras que as seguintes obras foram encontradas no cofre do setor de obras raras:

- a) Diário de Che Guevara;
- b) O último tango em Paris;
- c) O livro vermelho de Mao Tse-Tung;
- d) Outubro 72, pensamento político de Allende;
- e) Revistas, folhetos, documentos da União nacional dos estudantes;

f) 27 pequenas medalhas com efígie de Mao Tse-Tung.

Porém, não se sabe ao certo se os títulos citados acima estavam em um index de títulos proibidos, ou se por medo, os bibliotecários da época os retiraram de circulação para que mais tarde, os mesmos pudessem ser reincorporados ao acervo. Entretanto, Lima (2016) relata que, os bibliotecários que atuaram na época na UnB negaram tal ocorrido para o jornal o Estado de São Paulo.

## **7 A REINCORPORAÇÃO DAS OBRAS CONSIDERADAS SUBVERSIVAS AO ACERVO DA BCE**

Quando o presidente Ernesto Geisel tomou posse da presidência da República em 15 de março de 1974, deu, de forma moderada, início à abertura política do país, que não representava exatamente uma redemocratização, mas sim, uma política de distensão. Essa articulação não ocorreu por conta de uma oposição política firme, mas devido à sua fraqueza, pois para o governo era entendido que, a fraqueza da oposição fortalecia o regime, a ponto de se tornarem confiantes para minimizar a censura.

No âmbito educacional, o Ministro escolhido pelo presidente Geisel

[...] tinha a confiança dos militares, mas ao mesmo tempo possuía bastante traquejo político, qualidade valiosa para dirigir setor estratégico em época de descompressão. Em sua gestão, Braga tentou fortalecer a agenda distensionista (sic) mostrando-se flexível e aberto ao diálogo. Para tanto, conseguiu indicar alguns reitores de perfil conciliador e fez questão de não aplicar o famigerado Decreto 477, tanto para preservar a própria imagem quanto para simbolizar sua disposição ao diálogo. (MOTTA, 2014, p. 221)

A decisão do Ministro, resultou em maior tolerância em relação as ideias dos indivíduos considerados subversivos, mas, por outro lado, desagradou os militares linha dura e os órgãos de repressão. Diante desse cenário, a distensão proposta por Geisel acabou incentivando a violência contra a esquerda, e militares responsáveis pelos órgãos de repressão, em 1975, atacaram de forma violenta os opositores do governo, período em que o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nas dependências do DOI-Codi de São Paulo e o “fortalecimento da liderança do Ministro do Exército, general Sylvio Frota, que se tornou virtual candidato à sucessão presidencial” (MOTTA, 2014, p. 221).

Diante de um cenário de desentendimento entre os militares e redução da censura, a comunidade acadêmica se permitiu apresentações de dramaturgia proibida e até paralisações das aulas, mas, em 1976, os estudantes da UnB “tentaram organizar o seu DCE, mas encontraram resposta autoritária do reitor, José Carlos Azevedo, que impugnou o processo e expulsou sete jovens lançando mão do regimento interno” (MOTTA, 2014, p. 222).

Em 1977, com nova crise assolando Brasília, as lideranças estudantis conseguiram se organizar e voltar às ruas protestando pela redemocratização do país, pela extinção do Decreto Lei 477, e pela extinção de leis autoritárias; e, embora em 1979 a comunidade tenha

obtido grande vitória com o fechamento das ASIs, todo o processo de redemocratização das universidades aconteceu de forma lenta e conturbada. Quando os militares deixaram o poder, em 1985, esse processo já havia avançado de forma significativa, pois os anos finais do regime possibilitaram que a comunidade acadêmica respirasse a liberdade, e as obras consideradas subversivas retornaram ao acervo, mas de forma ainda a ser esclarecida: obras censuradas foram encontradas no cofre do acervo de obras raras em 26 de junho 1986 pelo diretor Murilo Bastos da Cunha, expondo que a censura das obras ocorrera a mando do reitor: “[...]José Carlos de Azevedo, [...] ordenou a guarda dos materiais. O ex-reitor refutou a acusação, afirmando que havia dois cofres na UnB: um manipulado pelo diretor da Biblioteca; outro, pelo tesoureiro” (COFRE, 1986 citado por OCTAVIANO, REY, SILVA, 2000, p.67).

Apesar de não saber como o processo de reincorporação das obras ocorreu, a própria BCE, mostra a cronologia dos anos de chumbo e informa, em sua página oficial, que as obras foram reincorporadas ao acervo.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste artigo, ficou explícito para nós o impacto de políticas autoritárias dentro do ambiente acadêmico e mais diretamente no acesso à informação, na produção livre da pesquisa, na autonomia dos bibliotecários e na perda de liberdade de manifestação política e cultural. É necessário ressaltar que não conseguimos recuperar documentos da UnB, conseguimos apenas entrar em contato com o Bibliotecário responsável, que nos trouxe informações sobre as obras censuradas e encontradas no cofre.

Durante todo o percurso percebemos que o terror vivido na década de 1960 pode estar se aproximando, de forma lenta e arrebatadora no momento em que vivemos, e que nós, como bibliotecários, não podemos e não devemos anular o nosso juramento profissional, pois temos o dever social de prover informação para a construção de uma sociedade que tenha voz e não tenha medo de lutar pelos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL [1964]. **Ato Institucional nº01**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL [1968]. **Ato Institucional nº05**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm). Acesso em: 20 out.2019.

BRASIL. [1970]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1970**. Brasília. DF: Presidência da República, [1970]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm). Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL [1969]. **Decreto-lei nº 477**, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações praticadas por professores, alunos, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 out.2019.

CHAFFE, Bruna Abatti. O papel do bibliotecário na ditadura militar. In: \_\_\_\_\_. **A ditadura militar no Brasil e o controle da informação**: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. f. 27-28. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22708/000740394.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CUNHA, Luis Antônio. **Acordo Mec-Usaid**. Rio de Janeiro: CPDOC FGV, n.d. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acesso em: 09 abr. 2019.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

LIMA, Kelly Pereira de. **Onde estão os livros censurados**: ainda os efeitos de 64 nas coleções de biblioteca. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/2016/disserta%C3%A7%C3%A3o/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Kelly%20Pereira%20de%20Lima%20PPGCI%202016.pdf>. Acesso em: 11 out.2019.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. Regime militar: ações em nome da segurança nacional. In: \_\_\_\_\_. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na era Vargas e regime militar**: uma reflexão. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. f. 117-122. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18102010-164858/pt-br.php>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002). Acesso em: 10 out. 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OCTAVIANO, Véra Lucia C.; REY, Carla Monte.; SILVA, Kelly Cristina da. Informação e Censura no Brasil: da formação do estado à era do real. **Revista Transinformação**, v. 12, n. 1, p. 59-71, jan/jun. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862000000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862000000100006). Acesso em: 11 nov. 2019.

PORTAL DA LEGISLAÇÃO. **Atos Institucionais**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais> Acesso em: 25 out. 2019.

QUINTINO, Felipe. Zueno, Zoany, Zwenir: rastros da vigilância ao jornalista Zuenir Ventura durante a ditadura militar. In: REIMÃO, Sandra, (org.). **Livros e subversão**: seis estudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016. p. 13-33.

REIMÃO, Sandra. **Livros e subversão**: seis estudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016. 174p.

REIMÃO, Sandra. **Livros e subversão**: seis estudos. In: \_\_\_\_\_. Livros e subversão: seis estudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016. p.9-11.

RODRIGUES, Carolina Carvalho. A censura na universidade (1964-1985). In: \_\_\_\_\_. **A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. f. 38-43. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2752/1/TCC-CAROLINACARVALHORODRIGUES.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SEVERINO, Francisco. Livro lembra bastidores do período em que a UnB foi conduzida por militares. **Correio Braziliense**. 04 jan.2014. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2014/01/04/interna\\_diversao\\_arte,406267/livro-lembra-bastidores-do-periodo-em-que-a-unb-foi-conduzida-por-militares.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2014/01/04/interna_diversao_arte,406267/livro-lembra-bastidores-do-periodo-em-que-a-unb-foi-conduzida-por-militares.shtml). Acesso em: 11 nov. 2019.

SKIDMORE, Thomas E. Democracia sob Getúlio Vargas, dias tranquilos com Juscelino Kubitschek e um golpe militar. In: \_\_\_\_\_. **Uma história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 181-223.  
SKIDMORE, Thomas E. Governo Militar: 1964-1985. In: \_\_\_\_\_. **Uma história do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 225-265.

SKIDMORE, Thomas E. Governo Militar: Redemocratização: novas esperanças, velhos problemas: 1986-. In: \_\_\_\_\_. **Uma história do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 267-328.

**UNB**. História, 2016. Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/historia?menu=423>. Acesso em: 04 set. 2019.

**UNB**. Invasões históricas, 2016. Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/historia/633-invasoes-historicas?menu=423>. Acesso em: 04 set. 2019.

SILVA, Janice Theodoro da. Entrevista: Comunidade USP passou por triagem ideológica durante a ditadura, São Paulo, 26 abr. 2018. Entrevista concedida ao Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/comunidade-usp-passou-por-triagem-ideologica-durante-a-ditadura/>. Acesso em: 09 abr. 2019.

VERGUEIRO, Waldomiro Castro Santos de. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n. 11, p. 21-16, jan./jun. 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266/266>. Acesso em: 10 out. 2019.